
*Caminhos e descaminhos da liberdade para os
trabalhadores nos engenhos da Zona da Mata
Sul de Pernambuco entre 1884 e 1893*

*Ways and waywardness the liberty for the sugar mills workers in Zona
da Mata Sul de Pernambuco between the years 1884 and 1893*

*Maria Emília Vasconcelos dos Santos**

Resumo: Este artigo versa sobre a mobilidade geográfica experimentada pelos trabalhadores nos engenhos, antes e depois do 13 de maio de 1888. Também trata da vivência da liberdade por ex-escravos trabalhadores nos engenhos, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, após a abolição. Os processos judiciais permitem entrever fragmentos da vida dos homens que laboravam nos engenhos e observar como a experiência de liberdade ocorreu em meio a desafios para firmar-se como livre e driblar a exclusão. O legado dessas experiências é difuso, mas deixou algumas pistas. Também tomamos como fonte de informação sobre o passado aqui analisado relatos memorialísticos e processos judiciais, para tentar entrever a experiência dos trabalhadores nos engenhos.

Palavras-chave: Circulação de trabalhadores nos engenhos. Abolição. Migração.

Abstract: This article is about the geographical mobility experienced by the sugar mills workers before and after may 13, 1888. It also deals with the experience of freedom for former slave laborers of the mills in the Zona da Mata Sul of Pernambuco, after may 13, 1888. The lawsuits allow us to see fragments of the lives of men who labored in the mills and see how the experience of freedom came amid challenges to sign up as a free and circumvent the exclusion. The legacy of these experiences is diffuse, but left some clues. We also take as a source of information about the past here analyzed the memoirs reports and lawsuits to try to glimpse the sugar mills workers experience.

Keywords: Movement of sugar mills workers. Abolition. Migration.

* Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Substituta no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora na Faculdade Boa Viagem (FBV). *E-mail:* mariaemilias@hotmai.com

Motivos para migrar

Manoel do Ó, ao narrar sobre sua vida, disse que nasceu em 1869, em Ipojuca como homem livre e que começou a trabalhar nos canaviais com 12 anos de idade.¹ Nesse relato, Manoel do Ó informou que o trabalho no canal do Engenho Salgado era opressor. Cremos que esse adjetivo faça referência às lides no canal, que eram pesadas e exigiam trabalho disciplinado e constante durante a safra. Disse mais: que, em 15 anos, mudou de emprego 36 vezes, quase todos em usinas, até que, em 1896, conseguiu emprego na ferrovia da Usina Bom Jesus como foguista. Segundo Manoel do Ó a ferrovia foi o lugar onde encontrou certo tipo de liberdade.²

Esse breve fragmento da vida de um trabalhador de engenho exemplifica uma das possibilidades para os sujeitos que viviam nas lides nas plantações de cana. O movimento era uma característica desses trabalhadores. Eles circulavam entre engenhos na expectativa de encontrar menos violência por parte dos proprietários e seus potentados e poder buscar melhores condições de vida. Eram movimentos constantes e regulares, pois obedeciam ao calendário do plantio e da colheita da cana. Muitos desses homens saíram de sua cidade e se estabilizaram em novos lugares, e outros, após o término das atividades, regressaram ao local de origem. Na realidade, não houve regras fixas, e sim, uma diversidade de opções que eram exercidas de acordo com as possibilidades e necessidades de cada indivíduo ou de sua família.

Esses deslocamentos permaneceram e ganharam maior fôlego ao longo do século XX, e a Zona da Mata Sul³ continuou sendo área de atração de migrantes por conta da lavoura de cana. Através de uma entrevista concedida ao historiador Edson Silva, uma migrante lembrou-se do vai-e-vem típico do trabalho nos engenhos. Severina Raimundo da Conceição, com 70 anos de idade, afirmou que seus antepassados eram de Pesqueira, cidade da região agreste do estado. Severina nasceu em Agrestina, de onde, com 8 anos de idade, migrou com seus pais para São Benedito do Sul. Eles trabalhavam durante a safra da cana-de-açúcar e na entressafra voltavam para Agrestina ou Pesqueira. (SILVA, 2008). A partir desse pequeno relato, é possível supor que, em alguns casos, era necessário complementar a renda para sobreviver, ocupando-se nos canaviais, no período da safra. Embora essa evidência se refira à década de 1940, é provável que esse tenha sido o quadro mais geral que orientou o deslocamento dos migrantes sazonais. A diferença mais perceptível,

no fluxo migratório dos trabalhadores livres e escravos para os engenhos, era que os primeiros poderiam escolher para qual unidade produtiva ir, já os escravizados, apesar das margens de negociação, não possuíam tanta autonomia para eleger a cidade ou o engenho onde iriam se instalar.

Já com o fim da escravidão, em 1888, todos os trabalhadores dos engenhos eram livres para escolher seus destinos, embora o período de plantio de cana, com maiores oportunidades de ocupação, continuasse a influenciar no deslocamento para os engenhos da Zona da Mata Sul. Os senhores de engenho, por sua vez, tiveram que elaborar estratégias para atrair trabalhadores para se ocuparem temporariamente ou fixar moradia ou em suas propriedades.

Sabe-se que os movimentos migratórios de indivíduos e grupos foram (e são) parte da história da população do interior. A mobilidade dos trabalhadores de áreas rurais não é novidade no período pós-abolição. Ela já existia na época colonial, embora como uma característica da população pobre livre, como atestou Sheila de Castro Faria (1998). Essa experiência respondia a realidades econômicas e políticas de cada período, a escolhas particulares e a necessidades individuais, embora conjunturas específicas tendessem a unificar o movimento como os grandes secas e os períodos de safras de determinados produtos agrícolas.

O deslocamento entre cidades era bastante comum durante a escravidão, embora se tenha dificuldade de identificar os migrantes internos por ser esse um movimento populacional pouco documentado. Mas, após a abolição, tornou-se uma prática mais recorrente nas áreas rurais brasileiras, pois, para os libertos, o deslocamento significou uma forma de reafirmar a conquista da autonomia e da liberdade. Longe de ser um exercício idealizado de plena liberdade da pessoa em eleger seu lugar de residência e trabalho, a migração foi, com muita frequência, a resposta mais ou menos dotada de autonomia às condições de vida e de sobrevivência marcadas pela violência e pela opressão. (SOUZA, 2012).

A mobilidade espacial do escravo era limitada e vigiada. Em algumas ocasiões, foi exigida uma permissão por escrito que especificasse a autorização do senhor para seu trabalhador escravizado circular pela rua em horários e distâncias incomuns. Segundo Valéria Costa (2013), em 1828, o presidente da Província de Pernambuco da época tornou obrigatório o uso de passaportes para os libertos circularem pelas estradas sem maiores problemas. Nesse documento, deveria ser registrado o roteiro e os lugares por onde passariam os negros. Em 1830, um decreto

proibiu os forros africanos e os escravos em geral de transitarem livremente fora da localidade onde residiam sem a posse de um passaporte. Medidas impetradas na primeira metade do século XIX pelo Estado logo foram incorporadas no cotidiano escravista pernambucano e comumente se desconfiava de que mulheres e homens de cor fossem escravos ao chegarem aos locais em que não possuíam nenhuma rede de relações. (LIMA, 2010; CHALHOUB, 2012; MACHADO, 2010).

A pecha de *vadio* pairava sobre as pessoas que fossem pegas em atos como perambular sem destino, jogar, estar envolvido em bebedeiras e não executar atividades laborais regulares na lavoura canavieira. A circulação de indivíduos em um mundo fortemente marcado pela escravidão, por vezes, resultou em constrangimentos e interdições no ir-e-vir dos homens de cor.

No período pós-escravidão, migrantes negros e mesmo negros naturais da cidade, quando se movimentavam, podiam ser presos sob suspeita de serem vagabundos. As relações de trabalho, no limiar do novo regime político – a República –, fez com que muitos sujeitos fossem impelidos a se empregar para não serem punidos com prisão (MENDONÇA, 2012) ou com alistamento na Marinha como observou Álvaro Nascimento (2000). Mesmo não sendo exclusividade do período republicano, o recrutamento, que já fora aplicado décadas antes, nos anos seguintes à instauração do regime republicano, foi associado a outras medidas, visando garantir a continuidade dos trabalhos da lavoura. (AVELINO, 2010, p. 49). Isso porque os homens eram impelidos diante das atitudes das autoridades policiais a trabalhar nos canaviais sob ameaça de que, quando não tivessem ocupação certa ou honesta, seriam identificados como vadios e remetidos ao Exército ou à Marinha. Temos como exemplo o caso ocorrido em 1890, de João Manoel de Souza, que foi preso em Ipojuca como vagabundo por viver de furto de canas, mandioca e outros itens. O delegado achou melhor remeter o *vadio* para a Escola de Aprendizes Marinheiros, a fim de tornar útil um indivíduo de má-conduta.⁴

A migração envolvia a possibilidade de enfrentar um panorama desfavorável para encontrar ocupações. Ser forasteiro sem proteção era um risco, principalmente, para os pobres livres e os homens de cor, pois havia a possibilidade de serem recrutado à força ou de serem confundidos com escravo fugido, isso antes de maio de 1888. Entretanto, esse tipo

de circunstância não impedia que as pessoas se deslocassem pelo interior da província.

Os movimentos migratórios na Zona da Mata Sul de Pernambuco não foram somente realizados por ex-escravos e seus parentes, mas cremos, com base no relato do memorialista Júlio Bello,⁵ que eles compusessem grande parte da população ocupada nos engenhos e que, após a abolição, se viu com maiores condições de procurar melhores oportunidades de vida. A abolição brindou os ex-escravos com o significado mais tangível de liberdade – a mobilidade. Isso pode ser notado na documentação pesquisada, lembrando que a migração que conseguimos observar é aquela de curta distância, especialmente a que ocorreu entre engenhos e cidades próximas.

A atividade açucareira constituiu um polo de atração de mão de obra migrante jornaleira e de uma infinidade de trabalhadores envolvidos com a produção de açúcar. Anualmente, homens e mulheres se deslocavam para o trabalho na lavoura de cana. Esses migrantes eram contratados pelos donos de engenhos no período do plantio ou da colheita, e tais trabalhadores eram oriundos de diversas cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco e de alguns estados da atual Região Nordeste.

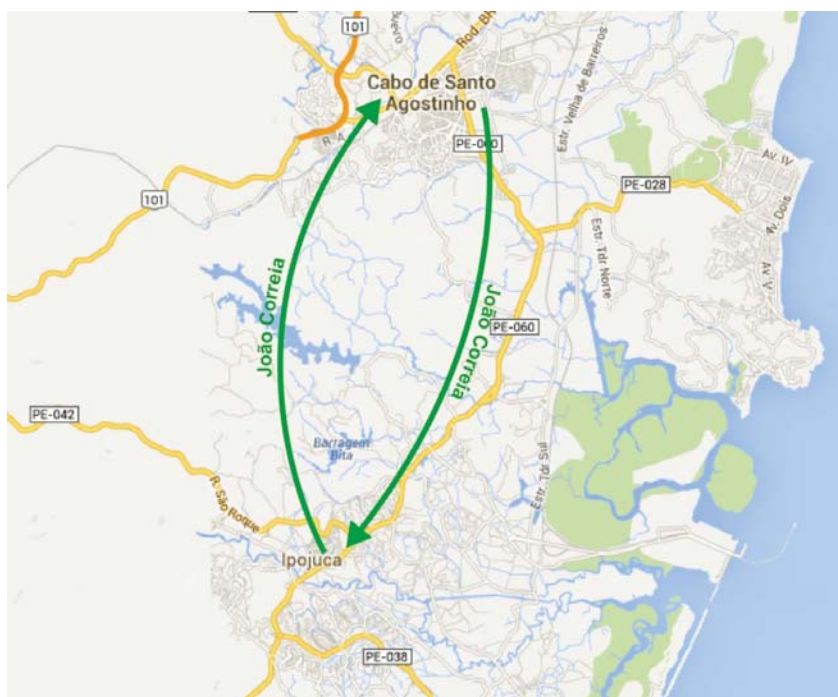
Os relatos encontrados nas fontes sobre os migrantes apresentam-se de maneira exígua e dispersa. Através dos processos judiciais consultados, não é possível dimensionar a população migrante da Zona da Mata Sul. Parece-nos que o acertado é reconhecer mais a presença deles do que quantificá-los. Ainda assim, não perdemos de vista homens e mulheres que se deslocaram pela região. As informações contidas nos processos, quando esmiuçadas, nos oferecem indicações importantes sobre os itinerários e as alternativas disponíveis aos trabalhadores nos engenhos.

Há casos de pessoas que moravam em um engenho, mas circulavam em engenhos do seu município ou fora dele. Por exemplo, no dia 15 de junho de 1890, João Correia, ex-escravo, saiu do Engenho Massangana no Município do Cabo, onde era morador, para receber o seu salário no Engenho Penderama no Município de Ipojuca, de onde era natural.⁶ Nesse caso, o deslocamento realizado por João Correia, um migrante jornaleiro, foi de 21km em linha reta sobre o mapa. Possivelmente, João Correia utilizou suas relações familiares e de amizade para conseguir o trabalho que realizava no Engenho Penderama. Uma das testemunhas

disse que o conhecia por João de Amélia, o nome da sua mãe, o que denota certa proximidade entre as pessoas. A inserção cotidiana dos trabalhadores que viveram a experiência migrante entre engenhos próximos, para ser minimamente bem-sucedida, dependia da ligação com pessoas do local. Circular pela região onde nasceu e manter fortes relações foram práticas recorrentes entre trabalhadores nos engenhos, como veremos mais adiante.

Por outro lado, transitar por diferentes espaços possibilitou aos indivíduos construir novas redes de relações e de sociabilidade. Não podemos esquecer que tais relações não foram constituídas em completa calma, mas em zonas de conflito e disputa, exigindo dos forasteiros muita parcimônia para se inserirem no universo dos engenhos.

Figura 1 – Deslocamento do ex-escravo João Correia em 1890



Fonte: Google Maps. Rota do Engenho Penderama em Ipojuca para o Engenho Massangana no Cabo de Santo Agostinho, 21,5km.

Jovens e adultos migraram para trabalhar, resolver problemas de subsistência, ou foram impelidos a migrar por conta da falta de terras ou por problemas climáticos. Por exemplo, em 1892, faleceu Antonio Bandeira, de 25 anos, que foi identificado como retirante de Buíque.⁷ A migração serviu também como estratégia de manutenção e reprodução dos pequenos produtores rurais, que tentavam sobreviver nas franjas das *plantations*. O trabalho a jornal permitia a acumulação de recursos monetários, capaz de propiciar a compra de pequenas parcelas de terra, a construção de casas, a compra de animais, ou mesmo a aquisição de um capital mínimo para o início de atividades agrícolas, comerciais ou artesanais. (NEVES, 2009). Alguns migrantes se deslocavam para a Zona da Mata Sul de Pernambuco, e imaginamos que eles não romperam os laços com seu lugar de origem, tendo, inclusive, a perspectiva de retorno como algo bastante factível.

Teve gente que migrou para fugir do recrutamento ou por recusar se inserir em um esquema de dominação política. Outros indivíduos, depois da abolição, afastaram-se dos lugares onde tinham sido escravos e de toda uma memória que os colocava no lugar da subalternidade e tentaram empreender novas relações. Esse período ficou marcado por uma maior liberdade de circulação experimentado em todo o País e pelos trabalhadores na Zona da Mata Sul de Pernambuco.⁸

As opções de vida para um ex-escravo, depois que a escravidão acabou, dependeram, em larga medida, de como a escravidão havia sido vivida, do lugar em que estava e, principalmente, de como ocorreu o processo de emancipação. Alguns libertos recusaram-se a permanecer nos engenhos ou a fazer qualquer serviço para o ex-senhor. Para os libertos que não tinham conquistado benesses durante o período de escravidão, a busca por melhor remuneração ou por tarefas mais agradáveis deve ter mobilizado os indivíduos a se deslocarem e a se decidirem pelo gozo da liberdade longe do ambiente onde foram escravos.

Analisando as condições no que se convencionou chamar de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas diversas regiões brasileiras, Celso Furtado (1979, p. 138) afirma que o Nordeste brasileiro, ao contrário do Sudeste, teria se aproximado de uma situação na qual a abolição da escravidão se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados, porque, na região nordestina, como também foi apontado por Manuel Correia de Andrade, as terras mais férteis já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição.

Os ex-escravos que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas, pesava já um excedente de população que, desde o começo do século, constituía um problema social. Para o interior, a economia de subsistência se expandira, e a grande distância das regiões semiáridas do agreste e da caatinga para a capital pernambucana, continha as pessoas em sua localidade de origem. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém-liberta na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho, e apenas uma fração reduzida seguiu para fora da região. Não foi difícil, segundo Celso Furtado (1979), em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escrava, mediante um salário relativamente baixo. (Apud PASSOS SOBRINHO, 1992).

As migrações dos ex-cativos não foram decisões irracionais, pois a escolha do local de destino devia possibilitar a obtenção de recursos que garantissem a sobrevivência. O deslocamento entre engenhos foi o mais comum porque os trabalhadores, muitos deles ex-escravos, tinham habilidades, aprendidas no tempo da escravidão, para desempenhar serviços típicos da lavoura canavieira e conhecidos nas suas redes de relações para arranjar empregos na localidade.

Assim, procuramos relativizar certos supostos do senso comum, imputados a diferentes regiões do Brasil, que colocam a abolição como um evento que provocou grande deslocamento de libertos e de seus descendentes para longe dos locais onde tinham vivido a experiência de escravidão.

Os libertos circularam nos locais onde nasceram, e visualizamos tal realidade na documentação judicial na qual observamos trabalhadores (ex-escravos) naturais da Zona da Mata Sul, labutando em engenhos da própria região. Os ex-cativos pernambucanos devem ter se comportado de modo semelhante ao dos negros do Sul dos Estados Unidos; os que, de fato, se mudaram para cidades mais distantes tinham frequentemente motivos específicos para tal empreitada. (BERLIN, 2006).

Os principais personagens da migração para engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco vinham do próprio município onde estava localizado o engenho ou de cidades vizinhas bem próximas. Nomes como Quebrangulo, Termo de Mata Grande, Cariri Velho, Vila de Souza, Piancó ou termos mais genéricos, como Província de Alagoas e da Paraíba, aparecem como regiões fornecedoras de mão de obra para os engenhos

da citada Mata Sul. De Pernambuco, encontramos referências a indivíduos vindos da Freguesia do Cabo, da Freguesia de Escada e da Freguesia da Boa Vista, de cidades como Goiana, Recife, Pedra de Buíque, Pajeú de Flores, Pesqueira, Brejo da Madre de Deus, as quatro últimas situadas no sertão da província. Provavelmente, as pessoas vindas da Zona da Mata Sul tanto de Pernambuco como de Alagoas estavam familiarizadas com a lida no mundo do açúcar. Já as que vinham de regiões mais distantes – algumas cidades distavam cerca de 800km da capital pernambucana, como o sertão das províncias de Pernambuco, Alagoas e do Ceará, locais muito secos – teriam de se ajustar às novas dinâmicas de trabalho decorrentes da produção de açúcar. Os forasteiros, de fato, eram, em grande parte, do sertão pernambucano, e os demais, oriundos do sertão de outras províncias. Provavelmente, gente que se deslocou em função das secas e para não morrer de fome e sede dirigia-se para a zona canavieira pernambucana. Circulavam pelos engenhos pessoas de perto e de longe; essa situação favoreceria o aparecimento de rixas com os que vieram de terras um pouco mais distantes e um sentimento de união entre os locais, marcando a identidade desses trabalhadores como forasteiros e nativos.

Boa parte dos recém-chegados, portanto, tinha de recomeçar a luta por autonomia, formação de famílias, laços comunitários e acesso a benesses; nisso sofriam desvantagens claras em relação aos estabelecidos, sobretudo os que nunca foram forçados a deixar sua comunidade de origem.

Dos 158 trabalhadores contabilizados nos processos judiciais pesquisados, 89 eram naturais da Zona da Mata Sul pernambucana, 20 de outras províncias e de outras regiões de Pernambuco e sobre os outros 49 não se tem informação.⁹ Entre os 89 nativos da Zona da Mata Sul, 70 eram nascidos nas cidades de Escada e Ipojuca, seguidos de 10 do Cabo de Santo Agostinho, 2 de Sirinhaém e 1 do Una.

Podemos inferir, a partir desses dados, que os trabalhadores nos engenhos, em sua maioria, eram naturais da Zona da Mata Sul. A existência de um contingente de homens livres e libertos na região canavieira garantiu mão de obra para as atividades agrícolas diante da diminuição do trabalho escravo e, principalmente, depois de sua extinção.

Havia um mundo de latifúndios cercado por massas de expropriados, para quem a única forma de acesso à subsistência seria a venda de sua força de trabalho. Os engenhos representavam o lugar mais procurado

por aquelas pessoas que, na maioria das vezes, exerciam a função de trabalhadores temporários e tinham experiência nas lides agrícolas.

Um número considerável de homens que migravam em busca de trabalho na Zona da Mata Sul veio de Alagoas: dos 20 indivíduos listados como de fora dos municípios de Escada e Ipojuca, 7 eram de Alagoas. Os jornaleiros saíam de seus municípios em busca de atividades laborais complementares, às vezes, por conta das dificuldades ocasionadas pela falta de recursos econômicos, pelo período de entressafra de algumas culturas, ou ainda, em vista das condições climáticas. Esse movimento migratório deve ser entendido como uma estratégia de sobrevivência desses trabalhadores, que, muitas vezes, estavam envolvidos em outras atividades agrícolas em seu local de origem. Ou seja, combinavam uma atividade agrícola de pequeno porte, por exemplo, o cultivo de algodão com o trabalho nos canaviais. O algodão, na segunda metade do século XIX, foi uma das atividades agrícolas mais importantes na Província de Alagoas. Mesmo após o fim da guerra civil norte-americana, os ganhos com esse produto no mercado alagoano foram expressivos. (ANDRADE, 2014).

O cultivo desse produto na região atendeu primeiramente ao mercado local, mas sua cultura teve uma importância econômica maior no período da Guerra da Secessão, que impediu os EUA de atenderem à demanda do mercado europeu. (ANDRADE, 2008, ver capítulo 2). Com o fim da referida guerra, os EUA reassumiram sua predominância no mercado internacional, e os pequenos produtores de algodão tanto os de Alagoas como os de Pernambuco se voltaram ao mercado local. O algodão é um tipo de cultura que não exigia grandes investimentos. Além de gerar diminuta remuneração, era conhecida como lavoura de pobre. (SOBRINHO, 2000). Com poucas alternativas, os homens deslocavam-se para se empregar sazonalmente nos canaviais. Esse deslocamento sazonal também se dava por conta da existência de diferentes ciclos agrícolas de produção; os jornaleiros durante o ano tinham a possibilidade de participar como trabalhadores na lavoura de algodão e de se envolverem em outros circuitos agrícolas. A cultura do algodão na Mata Norte de Alagoas teve presença significativa durante quase todo o século XIX até a primeira metade do século XX. O movimento no sentido contrário também deve ter ocorrido, o de pernambucanos indo para Alagoas quando as condições econômicas e sociais eram favoráveis para o cultivo de algodão.

Além disso, o deslocamento realizado pelos migrantes alagoanos para a província pernambucana era realizado desde o começo do século XIX. Existiu um grande histórico de migrações ou fugas de escravos da Província de Alagoas para Pernambuco, como indicado por Marcus Carvalho (2007), ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Walter Fraga Filho (2009) considera, por exemplo, que a movimentação geográfica de ex-escravos no Recôncavo do pós-abolição, em parte, era o prolongamento das fugas de escravos, que se intensificaram nos últimos anos da década de 1880 como decorrência do processo de desmonte das relações escravistas nos engenhos. No caso pernambucano, a efervescência promovida pelo movimento abolicionista já vinha interferindo no deslocamento de escravos fugidos com seus filhos.

Praticamente não existiram imigrantes que se locomoveram para buscar trabalho nos engenhos açucareiros de Pernambuco. Ao contrário do que se passou no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde imigrantes substituíram, ao longo da segunda metade do século XIX, uma boa parte dos trabalhadores escravos das áreas agrícolas, em Pernambuco, desse processo não participaram imigrantes europeus. Não encontramos nenhum branco estrangeiro envolvido com as lides dos canaviais. Podemos dizer que a demanda foi coberta pelos trabalhadores da própria Zona da Mata Sul e por gente vinda de regiões próximas.

Nos dois municípios estudados, os trabalhadores *a jornal* (trabalhadores de jornada que alugavam sua força de trabalho) eram, notadamente, da mesma cidade onde estava localizado o engenho ou de cidades vizinhas. Os trabalhadores nos engenhos que eram migrantes, geralmente, se moviam em espaços relativamente conhecidos e próximos de sua vivência geográfica e social. No interior do Rio de Janeiro, Ana Rios e Carlos Costa (2008) observaram que, nas famílias por eles pesquisadas, os membros haviam feito deslocamentos. A maioria das migrações também era regional entre cidades próximas.

As autoridades policiais e os proprietários rurais das últimas décadas do século XIX sabiam que muitos dos trabalhadores empregados e seus descendentes nos engenhos eram libertos. Alguns ex-escravos, aproveitando-se da possibilidade de se deslocarem entre as *plantations* em busca de ocupações alternativas, gozavam de certo grau de autonomia em sua vida. Os ex-senhores, a fim de exercerem algum domínio sobre os libertos, ofereciam ajustes de trabalho já experimentados desde os tempos da escravidão: acesso à terra em troca de realizar tarefas no engenho

e ser “gente” do proprietário. Não podemos esquecer que uma população flutuante de outras cidades que retornava às suas casas, ao final de cada safra, também era algo já conhecido. Apesar de os arranjos de trabalho e de os deslocamentos já serem, de certa forma, conhecidos por patrões e empregados, os anos finais da escravidão e o imediato pós-abolição foram tempos de readaptação e de tensões em parte forçadas pela possibilidade de deslocamento constante de homens e mulheres trabalhadores nos engenhos.

O fluxo de homens migrantes nas cidades da zona do açúcar podia gerar medo e desconfiança nas autoridades policiais. Um delegado de Polícia percebeu o impacto negativo da presença de migrantes na cidade e nos engenhos. Entre as causas que teriam incentivado o surgimento de crimes e assassinatos, ao oficial o caso de trabalhadores envolvidos em um conflito, disse que “no Engenho Gaipió deste Termo, havia se dado uma morte, fato até muito frequente pela grande aglomeração de trabalhadores, em geral gente estranha e de outras Províncias, e que vivem em completa liberdade”.¹⁰ O delegado afirmou que as desordens ocorrem por conta do grande número de migrantes – “gente estranha” – que vinha em busca de trabalho.

A dinâmica das migrações sazonais promovia uma circulação inter-regional significativa de trabalhadores nos engenhos. Junto com o movimento, aumentavam as brigas, as confusões, os acidentes. E, por outro lado, a migração constante de homens e mulheres levava à impossibilidade de se saber quem era quem, em vista da ausência de rostos, nomes e sobrenomes conhecidos. Esses trabalhadores recém-chegados ainda não possuíam amplas redes sociais capazes de oferecer-lhes mais detalhes sobre a sua vida. Viver em completa liberdade, como disse o delegado, podia significar que esses trabalhadores não tinham quem exercesse sobre eles, efetivamente, uma autoridade senhorial ou de empregador. Enfim, não havia uma pessoa com poder para administrar e disciplinar o comportamento dos trabalhadores na cana para que desempenhassem atividades laborais ou para governar a vida dos seus subordinados.

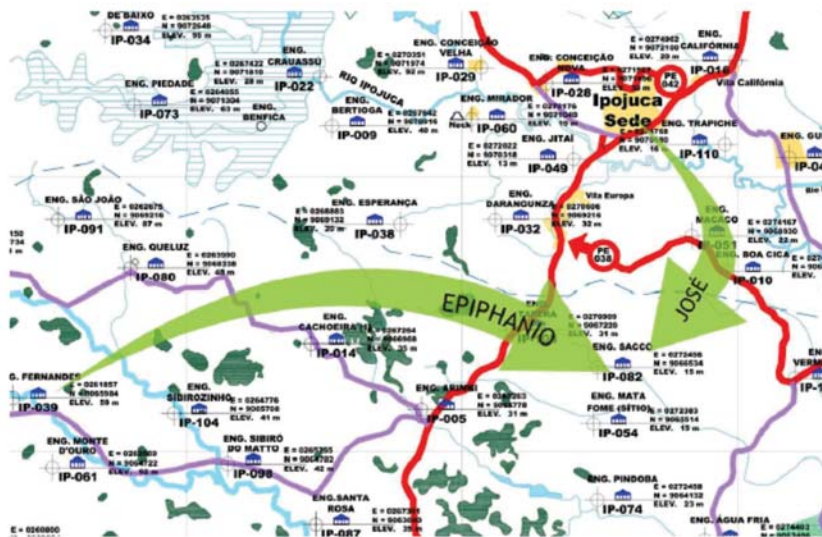
Contudo, o que se observa na descrição realizada pelo delegado é o fato de que a circulação de trabalhadores migrantes dificultava sua tarefa de reprimir indivíduos tomados como potenciais criminosos, rebeldes ou até mesmo de corrigir os considerados insolentes. Fazia-se necessário conhecer e controlar aqueles que promoviam desordens.

As tensões geradas por conta dos deslocamentos também podem ser observadas no caso do menor José, que morava com sua mãe na

Povoação de Ipojuca e que foi aprender um ofício no Engenho Saco. A distância percorrida em linha reta no mapa foi de 7km. O mestre pedreiro Epiphânio residia no Engenho Saco, mas realizava trabalhos no Engenho Fernandes. Por sua vez, Epiphânio entre esses engenhos percorria a distância de mais ou menos 40km. O trânsito de homens e mulheres pobres ou remediados deixou poucos rastros do ponto de vista documental. Não existia uma espécie de *passaporte* para registrar circulações internas e nem temos registros de locais de hospedagem. Conseguimos rastrear alguns poucos dados domiciliares e do movimento dessas pessoas pelas informações constantes nas peças judiciais por nós apreciadas.

Voltando à questão dos deslocamentos, no mapa abaixo, as linhas destacadas na cor verde representam visualmente o movimento espacial do pedreiro Epiphânio e do menor José.¹¹ Esse mapa nos auxilia a transmitir visualmente o nosso argumento com relação às migrações internas, apesar de não sabermos, precisamente, nem como se encontrava a paisagem nem exatamente as distâncias palmilhadas por eles naquele momento.¹²

Figura 2 – Deslocamento do menor José e do pedreiro Epiphânio em 1885



Fonte: Iphan (2010). In: *Inventário de varredura do patrimônio material do ciclo da cana-de-açúcar nos municípios de Escada, Ipojuca, Jabatão dos Guararapes e Moreno – PE*. Mapa alterado pela autora.

As migrações internas aqui observadas no imediato pós-abolição, não eram migrações para longe. Provavelmente, os migrantes procuravam ficar perto de seu local de origem, a fim de não deixar para trás o apoio de amigos e familiares, para não se afastar de bens adquiridos ou de algum ganho do qual não queriam abrir mão. Para estarem amparados pela proteção do proprietário do engenho, ou seja, para diminuir as incertezas. Em algumas situações, procuravam ficar longe o suficiente para evitar qualquer laço que o ligasse à sua antiga condição, caso tivesse sido escravo. Ter o direito de viajar para onde bem quisesse, durante certo período, foi tido como “fonte de orgulho e excitação para os ex-escravos”. (FONER, 1988, p. 14).

Por outro lado, por parte dos proprietários, foi necessário criar um novo conjunto de estratégias para impor o controle e a permanência dos trabalhadores nos engenhos. Entre as astúcias empregadas, como vimos na sessão anterior, foi o estabelecimento do sistema de morada que visava fixar o trabalhador e sua família no engenho. (ROGERS, 2010).

Conclusão

A experiência de vida em liberdade perturbava as relações entre libertos e indivíduos que os tinham conhecido como escravos. Para os antigos proprietários, temerosos dos efeitos da liberdade, as andanças dos trabalhadores dos engenhos recém-libertos foram vistas com maus-olhos. Para eles, uma parcela dessa população foi considerada propensa à vadiagem e à ociosidade porque não aceitava trabalhar sob as antigas normas e desejava usufruir de mais tempo livre. Na visão dos proprietários, a perda do domínio sobre seus antigos escravos se assemelhava à perda do poder senhorial. Júlio Bello,¹³ descendente de família de senhores de engenho da Zona da Mata Sul de Pernambuco, em suas memórias, lamentava que logo após a abolição os ex-cativos abandonaram os engenhos e ficaram arredios. O que não foi bem-assimilado por muitos dos ex-senhores era que a liberdade de escolha não representava aversão ao trabalho, mas significava criar outras alternativas de sobrevivência. Na questão da mobilidade espacial das “populações de cor”, é possível inferir que essa era uma ação contínua de defesa dos direitos de autonomia sobre sua vida e a de seus familiares. Nesse panorama, os senhores sabiam que era preciso negociar com os ex-cativos as novas condições de trabalho.

Com efeito, migrar em busca de novas oportunidades dentro ou fora de sua localidade de origem foi uma das possibilidades abertas a homens e mulheres que viviam em um universo rural, no final do século XIX. Mas os deslocamentos não se resumiram a questões econômicas; as pessoas também se deslocavam para consolidar suas relações afetivas e familiares.

Notas

¹ Alceu Amoroso Lima entrevistou Manoel do Ó para escrever o livro, mas essa narrativa, contudo, estava repleta de divagações militantes do redator. Alceu Amoroso reconstruiu a história de vida de Manoel do Ó em encadeamentos lógicos e que o ligavam desde a infância até a idade adulta ao movimento operário. Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue: homens e jornadas da luta operária do Nordeste*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

² Idem.

³ Para análise selecionamos os Municípios de Escada e Ipojuca que fazem parte da Zona da Mata Sul.

⁴ Ofício da Delegacia de Ipojuca, de 26 de junho de 1890, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, n. 205 (1883-1890).

⁵ BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. 3. ed. Recife: Fundarpe, 1985.

⁶ Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi. Ipojuca, 1890, MJPE.

⁷ Óbito de Antonio Bandeira, 25 anos, solteiro, retirante de Buíque, morreu de febre e foi sepultado no Cemitério da Matriz. Ipojuca, São Miguel, Óbitos 1884 (agosto) – 1903 (junho), ACMRO. Na época em que a pesquisa foi realizada para este trabalho, os códices referentes a batismo, casamento e óbito de Ipojuca estavam no arquivo da Cúria Metropolitana do Recife e Olinda. Atualmente está sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

⁸ De acordo com Cristina Wissenbach, a população da atual Região Nordeste já experimentava uma mobilidade tradicional e teve esse fenômeno ampliado em número e geograficamente por conta do tráfico interno de escravos; das secas das décadas de 1870 e 1880 que provocaram o deslocamento de flagelados para diferentes regiões do País e também os sobreviventes e moradores de locais onde ocorreram conflitos sociais, como a Guerra de Canudos, que se deslocaram em busca de novos lugares para se fixar. Além disso, a abolição conferiu aos ex-escravos o direito de

liberdade de movimento. (WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. 1997. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1997. p. 27; BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁹ Grande número de pessoas de que não constam informações sobre a naturalidade eram escravos ou vítimas falecidas.

¹⁰ Appellação crime do Jury da Cidade do Cabo. Appelante – o Dr. Juiz de

Direito. Appelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

¹¹ Autoamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2º Distrito deste Termo. Ipojuca, 1885, MJPE.

¹² Sobre mapas e história cartográfica ver: PASSOS, Maria Perrone. O poder dos mapas e os mapas do poder. In: PASSOS, Maria Lucia Perrone; EMÍDIO, Teresa (Org.). *Desenhando São Paulo: mapas e literatura. 1877-1954*. São Paulo: Senac; Imprensa Oficial, 2009. GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, 2004.

¹³ BELLO, op. cit.

Referências

ANDRADE, Juliana Alves de. *Gente do vale: experiências camponesas na comarca de Atalaia/Alagoas (1870-1890)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2014.

ANDRADE, Juliana Alves de. *A mata em movimento: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas*. 2008. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa, 2008.

AVELINO, Camila Barreto Santos. *Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910)*. 2010.

Dissertação (Mestrado) – UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2010.

BERLIN, Ira. *Gerações do cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2006.

CARVALHO, M. J. M. A mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. *CLIO – Série História do Nordeste (UFPE)*, n. 25, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Carlos Eduardo C. da; RIOS, Ana Maria Lugão. Migração de negros no pós-abolição: duas fontes para um problema. In: ENCONTRO NACIONAL DE

- ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu – MG, *Anais...* Caxambu, 2008.
- COSTA, Valéria Gomes da. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)*. 2013. Tese (Doutorado) – UFBA, Salvador, 2013.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição. *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v. 14, n. 26, 2009.
- FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, n. 8, 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. 2010. Tese (Doutorado) – UFPE, Recife, 2010.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, n. 42, 2010.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil do XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 64, p. 1-20, 2012.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38, dez. 2000.
- NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. Migrações internas: resistências e conflitos (1872-1920). *Cadernos Estudos Sociais*, Recife, v. 2, jul./dez. 1992.
- ROGERS, Thomas D. *Deepest Wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. The University of North Carolina Press, 2010.
- SILVA, Edson. Os Xukuru e o Sul: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-2, 2008.
- SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930*. 2012. Tese (Doutorado) – UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2012.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Aracaju: Funcaju, 2000.

